

QUILOMBO DE HELVÉCIA: LUGAR DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA (2004-2013)

Autor: Paulo Vinícius Brito dos Santos Oliveira
Orientador: Franklin Noel dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO – CEUNES

E-mail: paulo_vinicius20@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Helvécia está localizada no extremo Sul da Bahia, sendo um Distrito do município de Nova Viçosa. De acordo com Baxter e Luchesi, foi fundado em 1822, às margens do Rio Peruípe, por colonizadores suíços, sendo neste período parte integrante da Colônia Leopoldina. Sua fundação e a sua construção histórica inicial estão ligadas aos colonizadores europeus. As marcas da antiga presença destes na comunidade podem ser percebidas no nome da localidade que está estampado no prédio, já desativado, da estação ferroviária, na arquitetura de algumas construções e nas telhas francesas que até hoje cobrem alguns imóveis.

A população de Helvécia é constituída por afrodescendentes, que de maneira reelaborada, mantém algumas práticas culturais e religiosas deixadas pelos seus ancestrais e preservadas pelas novas gerações. Segundo Baxter e Lucchesi (1997, p. 1) o nome Helvécia tem origem suíça (*Helvéthia*), sendo sua população constituída por cerca de noventa por cento de negros, em sua grande maioria descendentes dos antigos escravos. Ainda de acordo com os referidos autores a população de escravos(as) de Helvécia “[...] é constituída por descendentes de escravos africanos, com substrato gegê e Iorubá”. Os gegê oriundos do reino de Daomé e os Iorubá do reino de Oyo.

O Brasil possui uma relação muito forte com a África, continente que por séculos teve a sua história contada de forma equivocada tanto por historiadores como por antropólogos, sociólogos, geógrafos, entre outros cientistas. De acordo com Ki-Zerbo (1982), diferente do que muitos afirmam a África não é um continente em que só haja pobreza, miséria e doença, pelo contrário em se tratando de recursos naturais, esse é um continente muito rico e entre os séculos XVI e XVIII, despertou a atenção de muitos países europeus, principalmente Portugal.

A partir da década de 1980 comunidades com população predominantemente afrodescendente, em consonância com o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, onde está definido que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos” (BRASIL, 1988), buscaram junto aos órgãos competentes, a titulação que juridicamente reconhece tais áreas como remanescentes quilombolas. Helvécia foi uma dessas comunidades. Dentro desse contexto esta pesquisa procura se aproximar de uma resposta à seguinte questão: Quais motivos levaram a comunidade de Helvécia a solicitar o seu reconhecimento como área remanescente quilombola? Para tanto o recorte temporal desta pesquisa compreende os anos de 2004 a 2013.

No intuito de responder essa problemática temos como objetivo principal analisar motivos que levaram a comunidade de Helvécia a solicitar o seu reconhecimento como área remanescente quilombola. Faz parte ainda dos objetivos desta pesquisa compreender como se deu o processo de reconhecimento da comunidade remanescente quilombola de Helvécia, como também identificar as possíveis mudanças e permanências na mesma, após o processo de reconhecimento.

METODOLOGIA

Na elaboração desta monografia, além da pesquisa bibliográfica, trabalhei com a pesquisa qualitativa, pois de acordo com Pedro Demo (1995), esse modelo de pesquisa tem um caráter mais exploratório e possibilita dentro do trabalho a abordagem de aspectos subjetivos, permitindo o entrevistado pensar livremente. Lançando mão desta metodologia foram usadas entrevistas realizadas com professoras locais e alguns moradores de Helvécia, totalizando dez entrevistados, que através das suas observações e relatos procuraram apresentara um pouco da cultura local, os conflitos gerados pelo plantio do eucalipto e a interferência deste na relação cultural, social e econômica.

Esses relatos dos moradores de Helvécia são classificados dentro da corrente historiográfica como História Oral. Segundo Ferreira e Amado:

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo” (Geschichte Von unten, Geschichte Von innen), atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente “micro-histórica” (2006, p. 4).

Minha pesquisa se adequa a essa definição de História Oral, pois objetiva ouvir pessoas que fazem parte da Comunidade Remanescente Quilombola de Helvécia, não fazendo distinção de cor, gênero ou classe social, analisando as narrativas de cada um acerca do processo de reconhecimento da comunidade.

É então a partir desse contato pessoal com professoras, parceiras, dona de casa e comerciantes, pessoas que vivem dentro da Comunidade Remanescente Quilombola de Helvécia, buscando mais ouvir do que falar, conhecer suas experiências, “causos”, histórias passadas, que construí a minha pesquisa. Dentro desse contexto a história oral será norteadora deste trabalho. Ferreira e Amado (2006, p. 16) argumentam:

[...] a “história oral” é mais do que uma divisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro.

[...] é antes um espaço de contrato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de

fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais.

Já Le Goff (1990, p.91) analisa da seguinte maneira as fontes para realização de uma pesquisa:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo.

Ou seja, o historiador ao se deparar com as diferentes fontes que compõem sua pesquisa, seja ela oral, escrita, audiovisual, gravuras, entre outras, deve procurar ser cauteloso ao analisá-las, pois nenhuma dessas podem significar a verdade absoluta dos fatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se durante a pesquisa que o principal motivo para que essas pessoas pedissem o reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente quilombola foi à entrada da monocultura do eucalipto, que antes era tida como um progresso para aquela localidade e depois se tornou algo que estava destruindo a comunidade e incentivando o êxodo dos moradores locais.

A documentação fornecida pela Fundação Cultural Palmares, confirma que Helvécia havia se tornado a partir de 02 de Março de 2005 uma comunidade remanescente quilombola. Apesar da conquista do reconhecimento como área remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares, o trâmite para a demarcação das terras foi interrompido a pedido da Associação Quilombola de Helvécia, representada por integrantes do pró-reconhecimento. Essa medida foi tomada para evitar uma tensão maior entre moradores, fazendeiros e empresas.

Por conta desse conflito envolvendo empresas de eucalipto, fazendeiros e comunidade, a demarcação das terras pertencentes ao distrito de Helvécia ainda não foi feita, acredito que para os pró-reconhecimento o mais difícil de compreender não é o atrito com as empresas de eucalipto e os fazendeiros e sim com membros da comunidade que não aceitam a identidade quilombola o que dificulta o fortalecimento da cultura local.

Em meio a todos esses impasses houve a implantação de uma escola de informática, a reforma da praça da estação, tudo isso feito com a verba da empresa de eucalipto, é importante ressaltar que segundo afirmam alguns moradores de Helvécia, isso se deu por um jogo de conveniência, pois a empresa sabe que está lidando com terras que entram na área de demarcação da comunidade remanescente quilombola de Helvécia, e que se os remanescentes exigirem a remarcação, como citado por alguns quilombolas, “pode até dar morte”, mas essas terras serão demarcadas, assim como manda a constituição. Além disso, houve a ampliação do posto de saúde, Unidade Básica de Saúde 009, a restauração da estação ferroviária e a merenda escolar que melhorou de qualidade. Vale ressaltar que a melhora na alimentação escolar não significa necessariamente uma mudança no cardápio que a instituição oferta para os seus alunos, mas sim que estes, amparados pelo Programa Brasil Quilombola, do Governo

Federal, tem direito a alimentação diária rica em pelo menos 700 calorias¹, diferentemente dos alunos matriculados em escolas residentes em municípios, os quais recebem algo em torno de 350 calorias diárias na alimentação escolar.

Vale ressaltar, porém, que a comunidade remanescente quilombola de Helvécia ainda carece de alguns serviços básicos, tais como banco, correio, entre outras necessidades essenciais para o desenvolvimento da vida local, a exemplo, uma maior oferta de empregos, pois mesmo vivendo próximos à grandes empresas do ramo de eucalipto boa parte dos moradores locais, por não ter qualificação para se empregar, não tem chance “de competir” com os de fora.

Outro ponto crucial dentro de comunidade é a negação de moradores como integrantes ativos de uma comunidade remanescente quilombola, negação essa que dificulta o fortalecimento de uma identidade coletiva.

CONCLUSÕES

As novas produções historiográficas acerca dos conceitos de resistência, de quilombos, de identidade, têm contribuído para reflexões sobre a atuação do povo negro no período da escravidão, esses sujeitos históricos antes considerados inferiores e incapazes de decidir sobre a própria vida e vistos como coisa por muitos estudiosos de diferentes áreas da ciência, por meio dos estudos recentes, ganham visibilidade em diferentes espaços, principalmente dentro das academias.

No período da escravidão os quilombos se configuravam como uma oposição ao sistema e à sociedade escravocrata, na atualidade esses se configuram como uma afirmação de uma identidade negra que ainda luta por liberdade, seja no passado ou no presente o quilombo mantém o significado de resistência.

As comunidades remanescentes quilombolas atuais como Helvécia, por exemplo, apesar de toda dificuldade para se auto afirmarem, se reconhecerem e ser reconhecidas como áreas remanescentes quilombolas trabalham em prol do fortalecimento de uma identidade negra.

Esta pesquisa tinha como principal objetivo, analisar motivos que levaram a comunidade de Helvécia a solicitar o seu reconhecimento como área remanescente quilombola. Após o desenvolvimento da mesma percebe-se que um dos motivos foi a implantação da monocultura de eucalipto na localidade, que contribuiu para a quase extinção da cultura de subsistência, uma vez que muitos moradores, iludidos pela promessa de progresso, venderam suas terras para as empresas de eucalipto.

Outro motivo evidenciado está relacionado ao acesso negado aos moradores, por parte da empresa de eucalipto, a espaços antes visitados por todos, como por exemplo, a invasão dos eucaliptos em locais sagrados, como foi o caso do cemitério São Pedro.

Há também a questão da valorização das manifestações culturais da comunidade, pois de acordo com as narrativas de alguns moradores, o reconhecimento de Helvécia como área remanescente quilombola, contribuí para o fortalecimento de uma identidade local.

É notório também que esse processo de reconhecimento não foi fácil, o mesmo não teve a aceitação de todos os membros da comunidade, uma vez que parte da população influenciada por outros grupos sociais tinha/tem medo que as terras tenham uma titulação única, sendo de uso coletivo.

¹ Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE).

Ao terminar minha pesquisa ficou claro que ainda há muito que discutir e refletir sobre a temática aqui apresentada. De forma alguma esta pesquisa finaliza as discussões e nem responde a todas as perguntas ou inquietações sobre a comunidade de Helvécia e seu processo de reconhecimento. Entretanto o arcabouço teórico aqui utilizado, e as entrevistas realizadas com moradores de Helvécia, contribuíram para a minha compreensão do que chamo de comunidade remanescente quilombola, proporcionando uma reflexão acerca dos sujeitos históricos envolvidos nessa luta cotidiana de preservar, construir e reconstruir uma identidade negra.

Neste sentido compreendo que a comunidade remanescente quilombola de Helvécia é composta por pessoas que se constituem enquanto famílias, com crenças, culturas, desejos, sonhos e memórias individuais e coletivas. Uma comunidade aberta ao diálogo com outras comunidades que no dia-a-dia trabalha para fomentar a valorização do negro e manter as suas tradições culturais.

REFERÊNCIAS

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. Um paso más hacia La definicion Del pasado criollo Del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa. Madri: Iberoamericana, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. Da natureza bruta à natureza libertada. In: KI-ZERBO, J. (coord.). Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. – Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 2003.

Políticas de promoção da Igualdade Racial: Ministério dos Direito Humanos. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em: 25 agosto de 2018.